

Governo promete adequar educação à Constituição

BRASÍLIA — O governo Collor quer reduzir a enorme distância existente entre o que a Constituição determina na área da educação — como a igualdade de condições para o acesso à escola e a erradicação do analfabetismo — e a flagrante precariedade do ensino brasileiro em todos os níveis. Essa foi a principal preocupação do governo ao lançar, na última sexta-feira, o Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área da Educação, afirmou ontem o secretário nacional de Educação Superior (Senesu), Paulo Roberto Thompson Flores. A filosofia expressa no programa é de revisão do papel do Estado, com uma política educacional voltada para a redução das desigualdades sociais no país, através da integração de recursos do governo e da iniciativa privada.

O programa prevê o investimento de Cr\$ 5 trilhões em educação nos próximos cinco anos. Desse total, Cr\$ 6,2 bilhões serão destinados a vários programas no âmbito de 52 instituições de ensino superior, incluindo a aquisição de equipamentos, além de outras verbas menores, como Cr\$ 62 milhões para o crédito educativo, ao longo de todo o governo Collor. Segundo Thompson Flores, em números globais as universidades irão receber menos recursos porque o plano não prevê gastos com a folha de pessoal, que custa ao governo Cr\$ 14 bilhões mensais, já previstos no orçamento do Ministério da Educação e Cultura para o próximo ano. Ele explicou que o programa inclui o repasse de recursos a 29 instituições de ensino superior não federais, que funcionam sob regime de concessão, sem fins lucrativos, a maioria delas administrada por entidades religiosas.

Thompson Flores revelou também que a Senesu está firmando com o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) inúmeros convênios destinados à recuperação e melhoria de hospitais universitários e instituições públicas de ensino superior. O secretário garantiu que não existe, no MEC, qualquer projeto com o objetivo de tornar pago o ensino público universitário. "De concreto existe apenas uma preocupação do governo com a atual situação, onde a renda média dos estudantes das universidades públicas é 150% maior que a renda dos alunos das instituições privadas.", explicou o secretário. Ele, no entanto, não descarta a possibilidade do governo cobrar, futuramente, pelo ensino universitário aos estudantes que tiverem condições financeiras para arcar com essas despesas.

Thompson Flores esclareceu também que os 20% de aumento nas verbas para instituições de ensino em todos os níveis estão previstos para o ano que vem e que a meta de atingir 6% do PIB em gastos com educação terá de ser cumprida até o final do governo Collor. Com relação ao atendimento regional, o que o governo chama de **meta regionalizada**, com previsão de construir e equipar cinco instituições de ensino superior nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, o secretário da Senesu esclareceu que os recursos de Cr\$ 280 milhões previstos com essa finalidade não representam novas verbas, e sim, parte do saldo do extinto programa MEC/CEF/FAS. Segundo ele, esses recursos são sobras do programa que deveriam ter sido repassadas anteriormente a essas instituições para conclusão de salas de aula e prédios de pesquisas laboratoriais.

Das 170 escolas que serão reforçadas pelo ensino noturno do segundo grau, 48 estão localizadas na Região Norte, 41 no Nordeste, 27 na Sudeste, 17 na Sul e 37 escolas na Região Centro Oeste. O secretário alegou que não existe necessidade das escolas aumentarem o número de professores apenas para cumprir o novo calendário, que prevê um aumento de 180 para 200 dias letivos. "Se for necessário, o MEC determinará às secretarias estaduais e municipais de educação que obriguem as escolas a cumprir a legislação, pois os professores têm direito a somente 30 dias de férias e não os 45 como estão acostumados", explicou.